



<i>CONTRATO</i>	<i>Nº 139/2019</i>	<i>DATA 17/10/19</i>
-----------------	--------------------	----------------------

CONTRATADA

SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE- SEGRASE

OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de Publicações Legais no Diário Oficial do Estado de Sergipe. – Escopo dos serviços: a) Publicação de atos administrativos, Atas, Editais, extratos de contratos, aditivos e Balanços da DESO, no Diário Oficial do Estado.

CONTRATO Nº 139/2019

Contrato de Prestação de Serviços, que entre si fazem a **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO** e a **SEGRASE – SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE**, na forma abaixo:

PREÂMBULO**1. DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES**

Pelo presente instrumento particular a **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO**, pessoa jurídica de direito privado organizada sob a forma de Sociedade de Economia Mista, nos termos do Decreto-Lei nº 109 de 25 de agosto de 1969, com as alterações e acréscimos do Decreto-Lei nº 268 de 16 de janeiro de 1970 e da Lei Estadual nº 4.898 de 10 de julho de 2003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.018.171/0001-90 e no Cadastro Estadual sob o nº 27.051.036-2, com sede à Rua Campo do Brito, nº 331 – Bairro Praia 13 de Julho – Aracaju/SE, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato por seu Diretor-Presidente **Carlos Fernandes de Melo Neto**, brasileiro, casado, Eng.º civil, CPF/MF nº 661.828.835-53 e de outro lado a **SEGRASE – SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE**, com sede na Rua Propriá nº 227 – Bairro Centro, em Aracaju/ SE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.085.519/0001-61, doravante denominada **CONTRATADA**, por seu Diretor-Presidente **Ricardo José Roriz Silva Cruz**, inscrito no CPF/MF sob o nº 265.887.655-68 resolvem celebrar o presente **CONTRATO** que se regerá pelas seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

2. DA FINALIDADE – O presente Contrato tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual com vistas a prestação de serviços definidas e especificadas na **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**, sendo que sua lavratura foi regularmente autorizada pelo Senhor Presidente da DESO, em Processo Administrativo nº 97293/2019.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL – Esta contratação decorre do processo de **Inexigibilidade de Licitação**, tombado sob nº 56/19, com fundamento no art. 30, *caput* da 13.303/2016, homologado em data de 14/10/19 pelo Presidente desta Companhia, conforme consta do Processo Administrativo acima mencionado, submetendo-se as partes às disposições constantes da Lei nº 13.303/2016, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da DESO(RILC), às cláusulas e condições aqui estabelecidas e às normas vigentes da CONTRATANTE.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 – O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de Publicações Legais no Diário Oficial do Estado de Sergipe.

1.2 – Escopo dos serviços: **a)** Publicação de atos administrativos, Atas, Editais, extratos de contratos, aditivos e Balanços da DESO, no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA II – DO PREÇO

2.1 – A DESO estima **pagar** à CONTRATADA pelos serviços objeto deste Contrato, o valor global de R\$ 159.600,00 (cento e cinquenta e nove mil e seiscentos reais) considerando o valor por publicação da **coluna cm² de R\$ 8,50** (oito reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA III – DOS PRAZOS

3.1 – O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura deste Instrumento, podendo ser prorrogado por igual e sucessivos períodos, até o limite de 05(cinco) anos, conforme art. 143 do RILC/DESO.

3.2 – A CONTRATADA será convocada para assinatura do Contrato devendo fazê-lo em 05 (cinco) dias, sob pena de decair o seu direito à contratação, além de sujeitar-se as penalidades previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA IV – DA DOCUMENTAÇÃO

4.1 – Quando da assinatura deste instrumento, a CONTRATADA deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (**INSS**), o CRF (**FGTS**), a Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e a Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (**ISSQN**), Certidão Trabalhista (CNDT) dentro do prazo de validade, sob pena de decair o seu direito à contratação.

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – Além dos encargos resultantes da observância da Lei nº 13.303/2016, compete à CONTRATADA:

5.1.1 – Durante a execução dos serviços, a Contratada se compromete a atender os interesses – por ordem prioritária – da DESO no que concerne ao objetivo deste contrato;

5.1.2 – Poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no fornecimento de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato. A supressão acima dos limites ora estabelecidos, somente poderá ser efetivada mediante acordo entre os CONTRATANTE;

5.1.3 – Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de inexigibilidade de licitação;

5.1.4 – Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços, arcando com o ônus da correção de eventuais irregularidades que forem verificadas.

CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DA DESO

6.1 – Além dos encargos resultantes da observância da Lei nº 13.303/2016, compete a DESO:

6.1.1 – Cumprir, dentro dos limites legais, com os compromissos financeiros ajustados com a Contratada;

6.1.2 – Propiciar à Contratada todas as informações necessárias a execução dos serviços solicitados;

6.1.3 – Acompanhar a situação jurídico-fiscal da Contratada durante toda a vigência do contrato;

6.1.4 – Analisar, através do Gestor do Contrato, todas as Faturas/Notas Fiscais/ Recibos, em até 05 (cinco) dias do seu recebimento, providenciando seu encaminhamento para pagamento ou devolução à CONTRATADA, em caso de erro ou vício das mesmas;

6.1.5 – Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

6.1.6 – Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

CLÁUSULA VII – DA SUBCONTRATAÇÃO E TRANSFERÊNCIA

7.1 – Não será permitida a subcontratação deste Instrumento de Contrato.

CLÁUSULA VIII – DO RECURSO FINANCEIRO

8.1 – Para os pagamentos decorrentes deste Contrato, a DESO utilizará recursos provenientes da Receita Própria da DESO – Rubrica 10.

CLÁUSULA IX – DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1 – Os serviços objeto serão pagos mensalmente, em parcelas iguais e sucessivas, com a apresentação à DESO dos documentos abaixo transcritos, que depois de conferidos e visados serão encaminhados para processamento e posterior pagamento em até **30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da data de entrada da fatura no Protocolo da DESO;**

- a) As faturas só serão liberadas para pagamento após aprovadas pela Fiscalização da DESO.
- b) Qualquer erro detectado no documento de cobrança acarretará a devolução do mesmo à licitante vencedora para correções e acertos, iniciando-se, após nova apresentação, a contagem de novos prazos para pagamento.

9.1.1 – Nota Fiscal/Fatura/Recibo, com o mesmo CNPJ indicado no Processo Licitatório e do Contrato;

- a) Quando houver emissão de nota fiscal eletrônica, informamos que a DESO disponibiliza o seguinte endereço eletrônico: nfse@deso-se.com.br para recepcionar as notas fiscais eletrônicas emitidas pelas empresas CONTRATADAS.

9.1.2 – **Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda comprovando sua regularidade para com a Fazenda Federal, **abran- gendo as Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS)**

9.1.3 – Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal – CAIXA, comprovando sua regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

9.1.4 – Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em conformidade com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011;

9.1.5 – Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeito Negativo emitida pelo Município (ISSQN) relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, bem como:

9.1.6 – Apresentar DARF da retenção de 1,5% IRPJ e DARF da retenção de 4,65% (CSII, COFINS, PIS/PASEP);

9.2 – É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a entrega a DESO, dos documentos de cobrança acompanhado dos seus respectivos anexos, de forma, clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica em desconsideração pela DESO dos prazos estabelecidos para conferência e pagamento.

9.3 – A Nota fiscal/Fatura deverá destacar o valor dos impostos ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

9.4 – Caso a CONTRATADA seja optante do SIMPLES, deverá apresentar, acompanhado da Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

9.5 – Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.6 – Somente poderá ser acatada junto ao faturamento, Nota Fiscal dentro do seu período de validade de emissão, cujo CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas corresponda àquele do Contrato e da respectiva Ordem de Serviço.

9.7 – Todo e qualquer pagamento será efetuado através da Rede Bancária de Aracaju, sob pena da incidência das taxas de serviços para pagamentos por Ordem Bancária para outras Praças.

9.8 – Qualquer erro detectado no documento de cobrança acarretará a devolução do mesmo à CONTRATADA para correções e acertos, iniciando-se, após nova apresentação, a contagem de novos prazos para pagamento.

9.9 – A DESO incorrerá em mora caso não efetue o pagamento das faturas no 30º (trigésimo) dia de sua apresentação no protocolo da DESO, conforme disposto no item 7.6 acima, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto. Passado este prazo, estará obrigada a efetuar a compensação financeira, ou seja, correção monetária por atraso de pagamento, calculada com base no INPC ou outro índice substitutivo, calculando-se o período compreendido entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até a data do seu efetivo pagamento.

a) Caso o trigésimo dia ocorra em data não útil na administração da DESO, o vencimento será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente;

b) A administração da DESO poderá realizar pagamento antes do 30º (trigésimo) dia da apresentação das faturas no protocolo da DESO, sendo que no caso da DESO efetuar o pagamento após o 30º

(trigésimo) dia e havendo requerimento do contratado pela mora, a DESO deverá promover a compensação financeira quando ocorrer pagamentos antecipados, calculado com base no INPC ou outro índice substitutivo, entre a data do efetivo pagamento e a data de vencimento.

CLÁUSULA X – DA SUSTAÇÃO DE PAGAMENTO

10.1 – Os pagamentos poderão ser sustados nos seguintes casos:

10.1.1 – Irregularidade nos serviços ou fora dos padrões exigidos, de responsabilidade da CONTRATADA;

10.1.2 – Não cumprimento do prazo de entrega, em desobediência as condições estabelecidas na Ordem de Serviço;

10.1.3 – Não apresentação dos documentos exigidos no item anterior;

10.1.4 – Erro ou vício da fatura;

10.1.5 – Apresentar Nota Fiscal com CNPJ diferente do constante no processo licitatório, do Contrato e da Ordem de Serviço.

10.2 – Na ocorrência da hipótese prevista na alínea 'e' acima mencionada, as faturas serão devolvidas para respectiva correção, contando-se o prazo de seu vencimento a partir da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA XI – MULTAS

11.1 – Excluída a ocorrência de caso fortuito e de força maior comprovados, na forma do Parágrafo Único do art. 393 do Código Civil Brasileiro, bem como ocorrências não notificadas pela CONTRATADA, o atraso na entrega dos serviços e o não atendimento de outras condições contratuais, assegurarão a DESO o direito de cobrar, em notificação por escrito, a título de multa, as importâncias abaixo, sem prejuízo da faculdade de rescindir o futuro Contrato.

11.2 – Em caso de não cumprimento por parte da CONTRATADA das exigências contratuais, dentro dos prazos fixados pela fiscalização, no caso de primeira falta, a DESO poderá aplicar à mesma, a título de multa moratória, por dia de não cumprimento dessas exigências, retroativo a data de início da ocorrência, a importância correspondente a 0,02% (dois centésimos por cento) do valor total do Contrato.

11.3 – Em caso de não cumprimento por parte da CONTRATADA das exigências contratuais, dentro dos prazos fixados pela fiscalização, em caso de reincidência, a DESO poderá aplicar à mesma, a título de multa moratória, por dia de não cumprimento dessas exigências, retroativo a data de início da ocorrência, a importância de 0,03% (três centésimos por cento) do valor total do Contrato.

11.4 – As multas a que porventura a CONTRATADA der causa, serão descontadas do primeiro documento de cobrança por ela apresentada, após a aplicação da penalidade ou dos subsequentes, se o valor do primeiro não for suficiente.

11.5 – No caso de saldo, a DESO se reserva o direito de efetuar ou complementar a dedução em documento(s) de cobrança vinculado(s) a qualquer outro instrumento contratual eventualmente mantido com a CONTRATADA ou de utilizar qualquer outro meio adequado à liquidação do crédito/débito, se necessário.

11.6 – O correspondente à soma dos valores básicos das multas específicas nos subitens 11.2 e 11.3 fica limitado ao percentual de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

11.7 – As penalidades estabelecidas nesta cláusula não excluem quaisquer outras previstas nesta contratação ou na lei, nem na responsabilidade da CONTRATADA, por perdas e danos que causar a DESO, em consequência de inadimplemento das condições não ajustadas.

11.8 – A CONTRATADA poderá recorrer da aplicação da multa, em petição motivada, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, a partir da data de recebimento da notificação, caso em que a DESO comunicará a manutenção ou relevação da multa.

CLÁUSULA XII – DOS CASOS FORTUITOS E FORÇA MAIOR

12.1 – Os casos fortuitos e de força maior, conforme disposto no Artigo nº 393 e seu Parágrafo Único, do Código Civil, eximem as partes de responsabilidade pelo não cumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato.

CLÁUSULA XIII – DAS DESPESAS DE CONTRATO

a) Na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos arts. 180 e 181 do RILC/DESO.

CLÁUSULA XVIII – FORO

18.1 – Fica eleito o Foro da cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais especial que o seja.

18.2 – E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e para um só fim legal.

Aracaju(SE) 17 de outubro de 2019.


"RICARDO JOSÉ RORIZ SILVA CRUZ"
DIRETOR PRESIDENTE – SEGRASE


"CARLOS FERNANDES DE MELO NETO "
DIRETOR-PRESIDENTE – DESO


"EMERSON DANTAS MENEZES"
ADVOGADO – DESO


" WENDELL GOMES BARBOSA "
ASSESSOR COMUNICAÇÃO -DESO

**PROTOCOLO DE PUBLICAÇÃO****ORDEM DE
SERVIÇO:
0000149907****TÍTULO:** Extrato 192.2019 -**USUÁRIO:** ANA CRISTINA OLIVEIRA SILVA**LOGIN:** anacristina.silva**CLIENTE:** DESO**DATA DA PUBLICAÇÃO:** 21/10/2019**SITUAÇÃO DA PUBLICAÇÃO:** PUBLICADA**DATA DO ENVIO:** 18/10/2019**HORA:** 09:01:17**COLUNA(S):** 1**CENTIMETRAGEM (CM²):**
16.92 cm²**JORNAL:** Diário Oficial do
Estado de Sergipe**EDIÇÃO:** 28298**CADERNO:** Diário Oficial do Estado de Sergipe**SEÇÃO:** ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**DADOS
DO
ARQUIVO****EXTENSÃO:** doc**IMPRESSÃO****DATA:** 21/10/2019**HORA:** 07:48:09**USUÁRIO:** ANA CRISTINA OLIVEIRA SILVA

Contrato 139/2019 //Base Legal: Art. 30, caput da 13.303/2016
//Contratante: DESO //Contratada: SEGRASE - SERVIÇOS
GRÁFICOS DE SERGIPE //Objeto: Prestação de serviços de
Publicações Legais no Diário Oficial do Estado de Sergipe. //R\$
159.600,00 - Considerando o valor da coluna cm² de R\$ 8,50
//12 meses //Receita Própria.